

Solidários na adversidade

A Nação já tem plena consciência das dificuldades que atualmente fazem críticas as tensões na ordem econômica e na ordem social. Não é sem outra razão que lideranças empresariais e sindicais estão reunidas nesta capital, numa assembléia permanente, presidida pelo Ministro do Trabalho. Ao longo da última terça-feira, e praticamente por todo o dia de ontem, os debates ganharam substância, sem contudo alcançarem um denominador comum. A troca de pontos de vista deverá prosseguir hoje esperando-se que nesta altura dos entendimentos o processo decisório esteja amadurecendo para desaguar no estuário do consenso algumas decisões importantes.

Até aqui a conquista maior fica para a sustentação do diálogo entre empregados e empregadores mantendo-se as partes em postura respeitosa e preocupadas em encontrar pontos afins nas respectivas propostas que defendem.

As divergências maiores situam-se em torno do aumento do salário mínimo, do realinhamento dos preços e do destino da escala móvel, sem no entanto gerar impasses nas discussões.

Alguns itens, já definidos, oferecem um saldo positivo que poderá continuar mantendo o lastro das negociações, em busca de conquistas mais amplas, a serem ratificadas por patrões e empregados, com a interveniência oficial em todas as oportunidades. Assim é que em relação à liberdade e à autonomia sindicais houve considerável avanço. Da parte do Governo firmaram-se compromissos de reduzir o Poder Público os seus

gastos e de criar um Conselho Econômico e Social, com uma ampla participação das classes trabalhadoras, patronais e governamentais.

Situando-se em planos de maturação bem diferenciados, estão também em exame a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, e a criação de um mecanismo de consultas que evite o agravamento do processo inflacionário. Na parte relativa à política salarial, a manutenção do gatilho e a fixação de novos valores para o salário mínimo continuam em posição dominante nos debates e praticamente já acolhidos mantêm bem amplos os canais de entendimento e contribuem para dar continuidade ao exame das demais matérias.

Registre-se para esses esforços que ora se processam na Esplanada dos Ministérios não apenas gestos isolados de boa vontade, ou de concessões de tolerância para discutir temas polêmicos sobre os quais as posições são de antagonismo e de contraposição. Existe, sem qualquer equívoco, uma preocupação que se liga à situação do País e, por conseguinte, faz refletir no ânimo dos debates uma postura de responsabilidade que conclama a todos para a reflexão.

O conhecimento, por exemplo, das conseqüências sobre a escalada da inflação pela continuidade pura e simples do realinhamento dos preços, de um lado, e da excitação dos ganhos salariais, de outro, introduziu a prudência nas reivindicações relacionadas à alta dos preços e ao superdimensionamento dos salários. Sabem empregados e empregadores que os índices de janeiro poderiam ga-

nhar tendências exponenciais, disparando para um piso de quinze por cento a inflação de janeiro. A partir desse patamar de dois dígitos a corrida entre preços e salários, para cobrir os desatinos inflacionários, seria um suicídio consciente para os meios de produção e para os agentes que atuam como força de trabalho. Todos perderiam, e, acima de todos, a Nação seria entregue a um processo de deterioração irreversível, com reflexos imprevisíveis no campo econômico e no campo social.

Há um ano as inquietações e as incertezas convergiram para um projeto que infelizmente frustrou-se nos seus propósitos de subjugar a inflação: o "Plano Cruzado".

O mês de fevereiro, que em breve estará introduzindo eventos de vulto no calendário político do País, com a instalação da Assembléia Constituinte, não poderá encerrar-se às cegas, diante da falta de alternativas que impeçam o retorno da confiança da sociedade na economia brasileira. A Nação está na contingência irrecorrível de assumir uma posição de firmeza na atuação de suas forças vivas, devolvendo a todos os segmentos sociais as certezas de que dias melhores estão por vir. E, nesse particular, os trabalhadores e os empresários, ante os esforços que empreendem na capital da República, oferecem ao País demonstração clara e inequívoca de maturidade política, de consciência social e de responsabilidade cívica ao buscarem um caminho comum onde todos possam caminhar em ordem e solidários, no rumo da prosperidade.

CORREIO BRAZILIENSE

22 JAN 1987